

Gárzon começou a ser julgado por investigar crimes do franquismo

● O Tribunal Supremo de Madrid rejeitou as questões prévias apresentadas pela defesa e pelo Ministério Público e começou ontem a julgar o juiz Baltasar Gárzon, por ter investigado crimes do franquismo.

Gárzon, que se recusou a responder às perguntas da acusação, disse, segundo a AFP, que os “desaparecimentos, detenções ilegais, assassinatos” do franquismo podem, “em certos casos, [ser qualificados como] crimes contra a humanidade, genocídio”.

A defesa de Gárzon reclamava a anulação do processo, invocando doutrina que estabelece que não há caso se a acusação não for subscrita também pelo Ministério Público. Não foi esse o entendimento do Supremo. A acusação considera que os factos que Gárzon pretendia esclarecer prescreveram, foram amnistiados e não são competência da Audiência Nacional, de que o juiz faz parte.

Gárzon, que entre 2006 e 2008 inquiriu sobre a sorte de mais de cem mil desaparecidos, disse que não chegou a investigar nada porque a Audiência Nacional determinou, ao contrário do seu entendimento, que ele não tinha competência para isso.



Garzón disse que fez "o que tinha de fazer" quando investigou o desaparecimento de pessoas durante o franquismo

O juiz afirmou que não quis “expressamente” mandar abrir valas comuns até que não fosse clarificada a sua competência para o fazer. Mas não contestou a acusação e disse que fez “o que tinha de fazer” depois de diferentes associações de memória histórica terem denunciado o desaparecimento de pessoas. “Eram factos muito graves que qualquer juiz tem obrigação de investigar”, disse, citado pelo diário *El Mundo*, em resposta ao seu advogado.

Recebido com aplausos à chegada ao tribunal, Baltasar Gárzon disse também que não foi “em nada” motivado pela busca de notoriedade nem por motivos ideológicos - “as ideologias não são para os juizes” -, e só quis “dar protecção a milhares de vítimas”, que têm direito à verdade, à justiça e à reparação” de crimes que considera “imprescritíveis”.

A acusação contra Gárzon foi apresentada por organizações de extrema-direita, que o acusam de violação da lei de amnistia de 1977, dois anos após a morte de Francisco Franco, e pedem que o juiz seja multado e impedido de exercer funções durante 20 anos. Uma tal decisão colocaria, aos 56 anos, um ponto final na sua carreira. Franco impôs a ditadura em Espanha, que se prolongou até 1975, na sequência da guerra civil de 1936-1939. **J.M.R.**